ÍNTEGRA

O pronunciamento e a entrevista do presidente

"Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, ontem nos jardins do Palácio da Alvorada:

"Primeiro, eu quero saudá-los numa manhã tão radiante e tão bonita no Alvorada. Acho que, daqui por diante, não havendo chuva, é melhor fazer aí ar livre nossas entrevistas. Eu pedi para que nós nos encontrássemos aqui hoje, para essa conversa, porque faz algum tempo tempo que nós não temos conversado e eu, de vez em quando, gosto de conversar mais solitamente com a imprensa e a mídia em geral. Depois, eu acho que nós estamos no final do quinto mês deste último ano de governo e eu acho importante que a gente tenha a oportunidade de conversar e sentir quais são as preocupações e também permitir, através dessas entrevistas, que o País perceba qual é o rumo do governo, a disposição do governo e de que maneira o governo está encarando os fatos, o futuro e disposição que tem de levar adiante os programas que estão transformando esse País.

Eu não queria deixar desde o início de me referir a uma questão que hoje é uma questão que toca os brasileiros, toca no coração dos brasileiros, e requer medidas e requer que exista uma compreensão e uma mobilização muito solidária para que possamos enfrentar as dificuldades que decorrem da seca. Acho que o Brasil, graças que de repente, tomou consciência, não apenas da seca e das conseqüências da seca, mas de algo que o governo vem insistindo – e eu pessoalmente há tanto tempo –, de que o nosso principal problema é levar adiante políticas consistentes públicas, sem demagogia, que reduzam a pobreza e que permitam dar melhores condições de vida para os brasileiros e as brasileiras mais pobres.

Quando as pessoas não se defrontam com a realidade, reconhecem que é assim, mas talvez não se motivem, talvez não se entusiasmem. Eu fui ministro da Fazenda, como os senhores sabem e as senhoras também, e houve uma seca muito forte, em 1993. Eu fui lá, eu fui no Ceará, no Rio Grande Norte, e aquilo me comoveu profundamente, porque primeiro a reação, a paisagem física, é de tristeza. O cinzento da seca, as árvores retorcidas, os aquides vazios, a reação é de constrangimento ao perceber que há realmente uma adversidade, e quando se vê a população, sobretudo como eu vi, naquela época chamava-se frente de trabalho e nós incentivamos as frentes de trabalho, aí é bastante desesperador, é dilacerante mesmo. É porque se vê que são pessoas que se confundem com aquela paisagem, já alcançadas pela seca e naturalmente herdeiras de subnutrição, herdeiras de uma espécie de atrofia de seículos de pobreza.

Então, naquela ocasião, eu me recordo que, no Ministério da Fazenda, eu recebi a visita de um conjunto grande de pessoas do Nordeste – entre eles este que hoje é o presidente da Contag – para pedir recursos para enfrentar a seca. No final da nossa reunião, temei a decisão de dar os recursos para a seca. Naquela época, nós gastamos 500 milhões do que hoje seriam reais e não tinha de onde tirar. Só que havia a inflação e quando há inflação a gente nem percebe que não há de onde tirar, pensa que tem, reparte um pouco mais o bolo, mas, na verdade, o conjunto do País paga, mas, naquele momento, era necessário fazer aquilo. Hoje, não é diferente, no sentido profundo, ou seja, o Brasil tem de atuar e está atuando no sentido de atender os que estão sendo vitimados pela seca. Eu queria dizer que me reuni ontem com o ministro Paiva, com o ministro Clóvis Carvalho, com o superintendente da Sudene, dr. Sérgio Moreira, com o dr. Portela, onde decidi abrir, a partir de 1.º de junho, créditos para aquilo que nós estamos chamando de frentes produtivas.

O que é uma frente produtiva e o que nós estamos querendo fazer de inovador nessa matéria?

Sempre houve a utilização da mão-de-obra carente e de recursos na época das secas e muitas vezes – e não posso dizer que não se repita em algum ponto a mesma coisa, porque depende das condições locais – é um trabalho insano e que talvez não possa construir muita coisa, porque é uma tentativa de ocupação para alguém que precisa daquele recurso que tem de dar alguma ocupação. Eu acho que agora nós temos uma oportunidade um pouco diferente. Isso pode acontecer na região, mas hoje nós temos outras condições. Primeiro, que há uma consciência muito clara no País e no governo de que é preciso qualificar melhor a população em geral e essa em particular. Então, nessas frentes produtivas, nós vamos também incluir programas de alfabetização solidária. A Comunidade Solidária tem uma experiência de utilização até de recursos privados para o incentivo de alfabetização de adultos. No Ceará, foi assinado um convênio para alfabetizar 20 mil trabalhadores e estão em marcha novas discussões para dobrar essa quantidade de pessoas.

Isso vai ser considerado parte da frente produtiva, porque assim as pessoas vão se qualificando para, terminada a seca, ter oportunidade nos melhores, oportunidades de trabalho não só na agricultura como fora dela, mesmo na adversidade. Nessas frentes produtivas também vamos considerar as oportunidades de capacitação, de treinamento de pessoas. Eu sei que tudo isso é difícil, eu sei que, na verdade, as condições são precárias, é preciso desenvolver – e estamos desenvolvendo, o Brasil está desenvolvendo – formas de solidariedade, colocar as universidades, como já temos colocado, o programa de alfabetização e de treinamento de atendimento. A idéia é de realmente dar ocupação e melhoria na condição humana das pessoas que estão sendo atingidas por essa situação.

Mas há algo mais de diferente: o governo federal vem realizando 52 obras hídricas no Nordeste. Quando eu assumi o governo, todos aqueles que entendiam da Região Nordeste me pediam – com razão – que nós nos dedicássemos às obras chamadas reestruturantes, que pudessem dar um outro rumo para a região.

Havia uma paralisação muito grande de obras. Houve uma comissão do Senado, presidida pelo senador Carlos Wilson, que mostrou quantas obras estavam paralisadas. O governo fez uma análise dessas obras, descortou algumas, mas porque passaram a ser inadequadas, e deu recursos para outras. Este ano já destinamos R$ 400 milhões para essas obras. E essas obras estão em marcha, 60% delas terminadas. Eu posso lhe dizer que não há Estado do Nordeste onde não haja uma obra importante do governo federal. Cito de memória: no Ceará temos o Açude de Castanhão, que é três vezes maior que o Açude de Orós, o maior do Ceará. Esse açude está sendo construído, eu mesmo já estive lá. Esse açude vai permitir, junto com uma teia de açudes que o governador Tasso está organizando no Ceará, que haja uma ligação entre eles com canais, de maneira que se tenha uma capacidade de reserva de água razoável e também com algum projeto de irrigação.

No Piauí nós fizemos o Açude Petrônio Portela. Está feito. No Rio Grande do Norte, eu mesmo estive duas ou três vezes inaugurando água nas adutoras do Rio Grande do Norte. Nós fizemos adutoras no Nordeste que têm uma extensão de 1.300 quilômetros, ou seja, de Brasília até o Rio de Janeiro. Lá no Rio Grande do Norte, eu creio que chama-se Cabugi, uma área que está sendo utilizada para esses açudes. Vi no Rio Grande do Norte um açude imenso que lá estava, maior do que a Baía da Guanabara, e que não servia para nada, porque não tinha canais para irrigar, ou para transmitir para as cidades. O governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi, com o meu apoio – aliás, a pedido até mesmo do d. Eugênio Salles, que é do Rio Grande do Norte – e do irmão dele, que é arcebispo lá (pedido no sentido de ajudar o governador a fazer isso). Estamos fazendo.

Na Paraíba nós temos o canal de Curemas Mãe D'Água, que vai para a região de Souzas, uma obra importante também. Em Pernambuco, não apenas o Açude de Serrinha, de Jucazinha, mas aquilo que era o sonho do governador Arraes, que era a Adutora do Oeste. Está em marcha.

Em Alagoas, fizemos paralelamente três adutoras. Muitas cidades que não tinham água no sertão passaram a ter. Então nós hoje temos como engajar mão-de-obra em empreendimentos do governo federal e do governo estadual. Tudo isso se faz em conjunto com a parceria – aparece só o governo estadual, mas o recurso geralmente é do governo federal. Estamos fazendo em parceria, de tal maneira que há onde aproveitar utilmente uma parte dessa mão-de-obra. Por que digo aproveitar utilmente só uma parte? Porque muitas vezes essas obras se localizam longe da região alcançada pela seca e o governo tem de ser flexível, a Sudene tem de ser flexível. Não há uma solução mágica para uma questão desse tipo: tem de haver uma convergência de esforços para que as coisas avancem.

Mas o que eu quero lhes dizer é que o governo atuou no Nordeste. Nós aumentamos a capacidade de reservatório de água em 40% do que havia no começo do meu governo: 40% a mais de água lá está.

Eu não quero continuar nessa linha, mas só para dizer: onde aproveitar a mão-de-obra. Nós estamos eletrificando muito no Nordeste, depois de termin armos a geradora de energia elétrica de Xingó, nós estamos estendendo as linhas de energia. De tal maneira que é possível aproveitar.

Com isso eu quero lhes dizer que o governo vai tratar de incentivar que haja o aproveitamento de gente em obras do governo, federal ou estadual.

Digo mais, nessa mesma linha: o Ministério da Educação tem um programa chamado Valorização do Professor. Esse programa beneficia basicamente as regiões mais pobre do País e, portanto, do Nordeste. É uma transferência de renda para que haja um aumento de salário dos professores. Começou em janeiro.

Uma parte desses recursos é dada aos prefeitos. Para que eles façam o quê? Construam escolas, pintem as escolas, comprem um veículo de transporte. É preciso mobilizar esses recursos.

Há recursos disponíveis. Estou dando aqui os exemplos dessas obras estão todas no Orçamento. Já mandei levantar os recursos do Orçamento para que acelerem a utilização. E é preciso que haja, agora sim, entrosamento da organização local com a estadual e com a federal, para que nós possamos avançar. Não se pode imaginar que, a partir de Brasília, se possa fazer alguma coisa lá. É a partir do entrosamento dos três níveis de administração.

Estamos fazendo a nossa parte.

Pois bem, para que isso fique concretizado nessas frentes produtivas e para que nós possamos fazer esses programas todos, eu quero lhes dizer que nós temos condição de atender até 1 milhão de pessoas. Um milhão de pessoas significa quase todo o número de pessoas desempregadas fora do Nordeste. Nós devemos ter 1,3 milhão de pessoas, nas regiões metropolitanas, sem emprego. No Nordeste, é claro que numa situação em que o governo vai entrar com uma parte do recurso há condição também de que o governo estadual coloque uma pequena parte de recurso para que nós tenhamos uma verdadeira parceria, e que o governo municipal disponibilize os recursos que tem para efetivamente atender a população do Nordeste.

Mas é um programa de vulto. É claro que esse milhão não pode ser pensado como no passado: dá o dinheiro e não se sabe o que vai acontecer. Não, os governadores e os prefeitos têm de organizar os recrutamentos, as listas, têm de demonstrar que também estão contribuindo. Tem de haver organização para que haja efetivamente um aproveitamento construtivo para todos os lados, tanto do ponto de vista dos recursos, quanto das pessoas – o que é o mais importante –, para que haja um aproveitamento construtivo desses recursos.

Isso é decisão. A partir, portanto, de 1.º de junho os senhores governadores vão contar com esse apoio. Alguns governadores – eu me refiro a dois –, os governadores do Maranhão e da Paraíba e o governador Tasso Jereissati, do Rio Grande do Norte (sic!) já começaram a fazer frentes produtivas e nós teremos de complementar o que eles já começaram.

Existe, portanto, um conjunto de políticas, há recursos, esses recursos têm de ser mobilizados, é preciso que haja eficiência e transparência.

É óbvio que a frente de trabalho é necessária, porque a seca vai se prolongar. Mas ela está apenas começando. Não há atraso nessas organizações, tampouco, porque elas estão apenas começando. A Região Nordeste tem chuvas variáveis em certas áreas à época de chuva começa em março. Há uma ou outra chuva que começa agora, está ocorrendo. Isso não resolve, embora possa resolver a questão da água de beber, do gado, e eventualmente de algum açude. Não resolve mais a agricultura, porque na maior parte das regiões passou da época de chuva.

Então, mesmo que fique mais everdejante, não vai dar alimento para o gado e muito menos para as pessoas. Mas eu acho que nós estamos plenamente em condições de, quando a seca realmente chegar àqueles aspectos mais generalizados de dramaticidade, que é em julho, agosto, de o Brasil ter condições de dizer: não vai morrer ninguém de fome aqui. Não haverá brasileiro do Nordeste alcançado por esse flagelo, que não vai ter a solidariedade do povo do Brasil e do governo do Brasil. Vai haver. Há disposição, decisão do governo e há a organização para que esses recursos cheguem lá.

Isso não substitui a distribuição de cestas básicas. Eu quero dizer aos senhores, o seguinte: há no Nordeste 441 municípios que são atendidos pelo Programa Comunidade Solidária. Esses sempre receberam cestas. E vão continuar recebendo cestas.

"O que nós fizemos? Acrescentamos a esses 441 outros 795 que não eram do Comunidade Solidária, ou seja, embora atingidos pela seca, não constam entre os municípios mais pobres, mas foram atingidos pela seca. Nós alcançamos esses municípios através da Sudene, e o total de municípios é 1.236. Ontem, em todos esses municípios, menos em um, já existiam as comunidades locais organizadas: o promotor, o padre, o líder sindical, o vereador, enfim, os grupos organizados, para que pudéssemos fazer a transferência desses recursos de comida sem que houvesse a exploração que houve no passado. O mesmo critério será adotado com relação às frentes produtivas. Eventualmente, os grupos ligados ao FAT do Ministério do Trabalho, que estão estruturados com as secretarias estaduais, têm de se encarregar disso, porque eu não quero que se repita no Brasil a falsa tragédia da seca, ou seja, dos exploradores da seca, que recebiam os recursos e os desviavam. Mesmo quando não desviados, esses recursos eram utilizados para coagir politicamente os flagelados. A única maneira de fazer com que isso ocorra corretamente é criando controles locais. Já estão criadas essas comissões. Nós distribuímos primeiro uma cesta precária, de urgência, porque não havia nos depósitos comida suficiente. Pois bem, creio que foram 9 quilos de comida. Desses 9 quilos de comida só não foi recolhida, das cestas que estão nos 50 postos da Conab, comida para 157 municípios. Não foram recolhidas porque aí é uma questão local, o prefeito é que tem de se organizar. Não adianta dizer que é o governo federal, é o prefeito que tem de organizar a comissão que tem de lá e buscar e dar a comida. O governo federal não tem um só funcionário nos municípios, não é da esfera federal, isso é local. Então, tem de se organizar localmente.

Já pergunteI por que esses 157 não receberam e as causas são variadas. Às vezes, são municípios que têm apenas 10% da população no campo e é difícil organizar o transporte para o campo e o interesse de quem está na cidade para levar a comida é menor. Claro que isso não exime a nossa responsabilidade coletiva de chegar também a esses lugares, mas há certas dificuldades objetivas. Em outras, os prefeitos foram mais morosos na organização dos comitês que vão distribuir as cestas, mas estão funcionando. Há ainda certamente algum lugar que não tem, mas estou dizendo que, no programa geral, as questões estão sendo estruturadas de uma maneira transparente. Todas as igrejas têm ajudado, a protestante, a universal, a católica, e tem havido um verdadeiro mutirão e uma coisa realmente extraordinária: o Brasil se comoveu. O governo recebeu de várias formas ou foi avisado de que havia muito alimento disponível, cerca de 300 toneladas, como doação.

Resolvemos o problema do transporte também através da solidariedade. Um grupo chamado Brasil Seguradora se dispôs a transportar mil toneladas de alimento. Portanto, estamos com essa questão também equacionada. Acredito que hoje está começando a distribuição da segunda cesta, que tem 19 quilos. Vejam bem, nós não estamos dizendo que agora vai haver frente produtiva e, portanto, diminuem as cestas. Nós vamos de ser bastante realistas e solidários, o objetivo não é ao invés de... claro, na medida em que houver renda e nordestino que dignidade. Eu vi isso lá, eu conheço a região. O nordestino quer respeito a ele. Ele aceita comida porque precisa, mas o que ele quer é trabalho. Então, na medida em que houver mais trabalho, é natural também que diminua a demanda por cestas básicas. Então, estou lhes avisando que, por favor, se daqui a dois meses, diminuir a quantidade de cestas básicas, não tomem isso como descaso, mas, sim, como avanço, se for de fato pela substituição através de renda. Esse é o nosso objetivo de governo! Não vou lhes falar sobre outras questões do Nordeste, disse apenas algumas das coisas que o governo está fazendo porque essas coisas são importantes e é preciso que o Brasil perceba que lá no Nordeste se concentra tudo o que é esperança do Brasil e tudo o que é dificuldade. A dificuldade fica longe dimensioná-la, a pobreza, a distribuição de renda, a seca. Os horizontes: o turismo que aumenta, que é forte, o fato de nós termos conseguido gerar para o Nordeste energia suficiente, coisa que havia temor de que não houvesse. O governo federal fez cinco das seis turbinas de Xingó no meu governo. Então, a questão de energia está sendo também equacionada no Nordeste. O Nordeste está se industrializando, no Ceará, na Paraíba, no Maranhão. Nós fizemos o Porto de Pecem, com dinheiro federal, o Porto de Suape, dinheiro federal, está feito. Nós fizemos e incentivei que se fizesse a Transnordestina, sonho antigo dos nordestinos, que é para ligar o Rio São Francisco ao Porto de Pessem. Está começando a ser feito na iniciativa privada. Recuperamos o Rio São Francisco para a navegação.

Há muita obra de irrigação. Não há solução mágica para nenhum lugar do mundo, nem para o Nordeste. A irrigação vai alcançar uma porção pequena de terra, que é a terra apropriada mais próxima dos feixes de água. E mais: irrigação é caro, não é para plantar a economia de subsistência; requer uma mão-de-obra mais qualificada. Não resolve o problema dos mais pobres. Ajudará economia em geral, é bom. Eu sou muito favorável. Fizemos muita irrigação – eu não quero dar números para não cansá-los –, fizemos muita irrigação no Nordeste. Estamos fazendo e vamos fazer mais. Há a possibilidade de continuar, já estamos com os projetos prontos, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, de novos projetos de irrigação. Há projetos de fruticultura irrigada, porque o Nordeste é muito bom para isso. Enfim, há um conjunto de ações no Nordeste que o Brasil não pode ter a sensação de que o Nordeste não tem saída. Tem. E eu digo sempre, o Nordeste é solução. A seca também é alguma coisa que ocorre de tempos em tempos.

Ouvi muitas observações sobre por que o governo não fez, já sabia? Eu quero dizer com sinceridade e seguinte: no mês de outubro do ano passado eu estive reunido com especialistas em matéria e meteorologia por causa do El Niño; o governador Tasso trouxe um brasileiro que trabalha em Winsconsin (EUA), que é um grande centro. Fizemos uma análise da situação. Eu não vou entrar em detalhes porque nós não temos dados específicos sobre o Atlântico, temos no máximo o Pacífico e, portanto, isso dá uma certa incerteza, mesmo com os dados objetivos.

O Brasil está fazendo agora aquilo que só os americanos fizeram no Pacífico: jogando bóias no Atlântico. Leva tempo, anos, para ter um mapeamento. O Brasil parou muito tempo e este governo está fazendo o Brasil andar de novo. Mas o Brasil ainda está andando com o passo trôpego porque não tem os recursos para andar mais firme. Mas está andando e antes estava parado.

Em outubro havia a previsão de problemas com o El Niño. Eu próprio mandei para vários presidentes – o presidente Menem, Sanguinetti, o presidente Banzer, o presidente Wasmosy – esses dados, alertando que haveria fortes inundações em certas regiões. Houve inundações. Por esses dados, não haveria tão fortes inundações. E havia a previsão de que a seca se deslocaria para o Norte, como de fato ocorreu: viram o que ocorreu em Roraima, no Amapá, nas cabeceiras do Rio Negro, com pouca água. E havia uma certa probabilidade de seca no Nordeste.

Em dezembro os dados eram outros: a probabilidade diminuí, provavelmente a seca seria uma seca limitada em microrregiões. Só em março, já na seca, é que foram refeitos os cálculos. É claro que tem um relatório em outubro que diz uma coisa, mas tem outro em dezembro que diz outra.

Isso porque meteorologia pode ser cada vez mais precisa – e nós estamos avançando muito nisso –, mas nós ainda não temos no Hemisfério Sul, pelas razões que disse, não temos pesquisas científicas feitas há mais tempo que possam dar as condições de um prognóstico mais certo. Então, não houve descaso nessa matéria, houve talvez ausamento de dados e nesse ajustamento não houve propriamente uma possibilidade de imaginar que viesse com força a seca.

E termino dizendo o seguinte, que esta seca – a colheita está frustrada numa boa parte do Nordeste – pode atingir uma certa parte da Zona da Mata. Pode. Nesses últimos dias houve chuva, mas isso não garante nada, depende da continuidade da chuva. É possível, portanto, que nós tenhamos de nos preparar para a continuidade do processo. Não se trata de uma batalha de um dia, nem de tirar uma fotografia num dia. Trata-se de nós nos ajustarmos a políticas continuadas, organizadas.

E termino dizendo que nessas condições provo mover saque é fazer um assalto ao interesse do povo, é utilizar esse drama para chamar a atenção para um problema que é real, que nós sonos primeiros a chamar. Atrapalha, desestabiliza o País, porque se fica pensando que existe uma possibilidade de perda de controle. E eu até apelaria, como já apelei uma vez, como presidente da República: se quiserem brigar, esperem a campanha eleitoral, mas não utilizem, pelo menos até as eleições, que é o interesse do povo para simplesmente minar a credibilidade do governo. Não é correto. E eu não estou me queixando em termos pessoais, estou fazendo como brasileiro. Não é solidário para os que precisam de comer.

Assaltar a Cobal só tem um significado: é desordem, é baderna, é chamar a atenção da imprensa. E mais grave ainda: telefonar para a mídia para avisar que vai assaltar é crime, porque é saque organizado e não tem nada a ver com aumentar a eficiência da distribuição dos alimentos, portanto, não tem nenhuma solidariedade para com o povo. Tem solidariedade apenas para com os seus próprios interesses, quaisquer que eles sejam, mas não são os interesses coincidentes com os interesses do povo.

Esta é a íntegra da entrevista coletiva concedida ontem, nos jardins do Palácio da Alvorada, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso:

Pergunta – As pesquisas eleitorais mostram que o senhor está em queda, mas ao mesmo tempo mostram o crescimento dos votos brancos e nulos e o crescimento das intenções de votos no candidato da oposição, Luiz Inácio da Silva. Alguns interpretam a tendência de realização de um segundo turno neste momento. Então nós perguntamos: primeiro, o que está dando errado e, segundo, o que o senhor vai fazer para reverter esse quadro?

Fernando Henrique Cardoso – Veja, eu não gosto de comentar pesquisa, sempre me recusei a comentar pesquisa eleitoral, primeiro porque não há candidatura posta, minha. Segundo, porque pesquisa é um momento. Há dados de uma pesquisa que dizem uma coisa e há dados que dizem outra. Há oscilações. Tem de olhar isso no conjunto. Eu não gostaria de fazer isso, porque vão pensar que eu quero conversar com vocês para discussão eleitoral, o que não estou fazendo. O que se pode dizer é o seguinte a cada mês de maio tem acontecido, nestes anos todos, uma variação de opinião, que é normal. Você há de convir que num país que passa por dificuldades grandes como nós passamos a partir de outubro, e tivemos de dar uma freada no crescimento da economia, tal seria que a população não tivesse uma certa oscilação. Agora isso é um assunto, ao meu ver, prematuro, e não é um assunto para ser comentado por mim enquanto presidente da República.

Pergunta – O senhor então não acha que o governo está mostrando pouco o que está fazendo?

Fernando Henrique – Isso é outro assunto. Eu acabei de mostrar aqui uma porção de coisas que nós estamos fazendo e muita gente não sabe, mas eu não quero utilizar nosso encontro para fazer pré-campanha.

Pergunta – Os Estados brasileiros com maior densidade eleitoral e peso econômico – Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – são governados pelo PSDB. E, desses três governadores, dois são candidatos à reeleição: Mário Covas e Eduardo Azeredo e um vice, Luiz Paulo Correa, no Rio de Janeiro. Nesses Estados, porém, existem outros candidatos que também são candidatos do governo federal. Qual desses candidatos terá apoio do presidente e do candidato Fernando Henrique Cardoso: Mário Covas ou Paulo Maluf; Luiz Paulo Correa ou César Maia, Eduardo Azeredo ou Newton Cardoso?

Fernando Henrique – Olha, eu não vou utilizar esta tribuna para apoiar A, B ou C. Esses candidatos que você mencionou são do meu partido. Se eu for candidato, como tudo indica, eu terei um amplo apoio. Não é a primeira vez. Em 94 foi assim também. O que o candidato precisa ter não é apoio meu, é do povo. Da mesma forma de quem vier a ser candidato da República precisa ter apoio do povo. O Brasil é um país que tem uma opinião pública que se forma com muita velocidade, que toma decisão, é independente. Ou o candidato tem apoio do povo, ou não adianta nada. Eu acho que essa preocupação é uma preocupação que pode comover os próximos candidatos, pode criar embaraços ao candidato que eventualmente tenha alguma força eleitoral, vai provocar muitas manchetes, mas eu não creio que isso altere o resultado eleitoral num país como o Brasil. Eu acho que nosso povo está cada vez mais reflexivo.

Minha aposta é essa. Eu nunca apostei, eu não gosto de demagogia, eu não aposto em histrionismo, em gritarias, eu não acho que o povo se iluda com muita propaganda. Acho que o povo sabe calcular, sabe avaliar. Claro, cada um tem seu interesse e vai avaliar segundo seu interesse. Quantas vezes eu vi na eleição passada: eu ganho e o candidato do meu partido fica lá embaixo, e vice-versa. Vice-versa foi mais raro, mas pode acontecer. Eu não me preocupo com isso não e acho que se vier a ser candidato – mormente, sendo presidente da República – eu tenho de ter uma posição de muito equilíbrio, não posso estar utilizando um instrumento de poder, de prestígio, para, como se diz aqui no Brasil, eleger um poste. Poste não se elege nunca.

Pergunta – O senhor não participará das campanhas estaduais, então?

Fernando Henrique – Vou ver na hora, haverá um conselho dos partidos para ver o que vale a pena fazer. Participar, seria o quê? Tomar posição sobre o Brasil. Quem tomar uma posição parecida, igual à minha, vai estar comigo.

Pergunta – Há outro anos, quando o senhor ainda era candidato à Presidência da República, uma imagem marcou sua campanha: uma mão, com cinco dedos. Desde a campanha até hoje o País vive alguns problemas. Por exemplo, na educação, 44 mil professores em greve, são professores universitários de 42 universidades praticamente paradas; na saúde, há um surto de dengue e o governo pede ao Congresso por mais um imposto, a CPMF; na agricultura, o País tenta importar feijão e arroz. Na questão do trabalho e emprego, o País vive, hoje, o maior índice de desemprego da história. E na segurança, vemos confrontos entre policiais militares, trabalhadores, excesso da polícia e excesso também por parte dos trabalhadores. Há três anos e cinco meses, o senhor está no comando do País, como presidente da República. O senhor acha que cumpriu a promessa feita quando candidato a presidente?

Fernando Henrique – Olha, quem vai ter de achar isso não sou eu, é o eleitor, se eu for candidato, mas além disso existem avaliações objetivas. Fica muito fácil dizer: não fez nada na educação. Bom, vamos pegar a educação e pegue o que foi dito no Programa Mãos à Obra. Foi feito praticamente tudo. É que poucos leram o que eu falei. Eu disse que eu ia dar ênfase ao ensino primário. Que o Brasil é um país que levou a vida inteira tratando do ensino superior – tinha de tratar mesmo – e que se esqueceu do ensino primário. Bem, quando você for ver os índices – já foi visto e até os jornais já publicaram –, mas, quando for examinar o que foi feito pela educação primária, foi imenso. Quer que eu dê alguns dados? Eu dou já.

Nós hoje temos uns 34 milhões de crianças em idade escolar, nas escolas; 96% das crianças em idade escolar estão nos bancos das escolas; fizemos uma campanha imensa, aumentamos a merenda escolar, nas áreas pobres duplicamos a merenda escolar; distribuímos mais de 120 milhões de livros para essas crianças – multiplica por três o que era no passado –, chegaram em hora e por uma; mudamos os parâmetros curriculares; todos os livros didáticos foram avaliados, vem em casa dez volumes com os novos parâmetros curriculares, fizemos a avaliação dos livros escolares, criamos o programa de valorização do professor para pagar melhor o professor das áreas mais pobres; alteramos as bases do ensino técnico, aprovamos a nova Lei de Diretrizes e Base de educação superior, fizemos o provão para qualificar os alunos nas escolas superiores, isso é só olhar os dados. Quer que eu fale da saúde? Eu falo a mesma coisa. Nós tínhamos 28 mil agentes comunitários de saúde, temos 50 mil e vamos ampliar. A dengue foi combatida. A dengue teve problemas por causa do entrosamento entre governo federal e estadual: política administrativa. O ministro Serra tomou medidas muito duras e a questão da dengue está equacionada – vai continuar, tem de lutar para no ano que vem não ter de novo –, mas foi equacionada. Nós tínhamos um gasto de saúde de US$ 64 per capita, temos de US$ 105 hoje e o governo não está pedindo nenhum imposto novo não. A CPMF já existe, não está se pedindo nenhum imposto. De modo que, quer que eu fale dos outros? Da Agricultura? Não quero cansá-los, porque aí vira propaganda. Tirando a pergunta, muitas vezes mal informada – não é a sua –, de pessoas que não sabem, é muito simples responder o que foi feito. Foi feito tudo? Não. Por que não foi feito tudo? Não dá para fazer tudo, mas o rumo foi mudado, nós mudamos o rumo do Brasil. Quer que eu mostre como é que nós mudamos? Pela primeira vez nós realmente enfrentamos essa questão da terra. Só neste governo nós estamos assentando mais famílias do que em toda a história do Brasil. Quer que fale de índios? Demarquei mais terra indígena do que qualquer presidente da República na história do Brasil. Então, nessa matéria é só informar, dizer. Fizemos tudo? Não, não fizemos tudo e gostaria de fazer muito mais. Há um problema na universidade? Há um problema de salário na universidade. Nós não conseguimos resolver a questão da autonomia da universidade, que é necessária. Temos de rever certos critérios. Nós temos um professor por oito alunos. É muito professor por aluno! É preciso aumentar, portanto, o número de vagas na universidade. Há vários anos as universidades federais não formam mais gente.

Aumentamos 12%, por ano, as bolsas científicas. O gasto com pesquisa científica passou de 0,7 % do PIB para 1,2 % do PIB. Fizemos um plano (Pronex), que é um plano para pegar os centros de excelência e apoiá-los. Não há área, desde que você mencione – e outras mais, em que o governo não tenha proposto políticas, feito gestos, tratado de mudar, influenciado no rumo. Não faz tudo à velocidade necessária – e não esquecer que isso tudo foi feito num momento em que nós estamos fazendo a estabilização da economia. Infelizmente, pela falta de aprovação das reformas – três anos para aprovar uma reforma importante como a da Previdência –, nós não temos ainda as condições de dizer que nós podemos despreocupar-nos com o controle das contas públicas. Então estamos fazendo tudo isso e muito mais. Eu falei do Nordeste e posso falar de energia, posso falar de infra-estrutura, estradas, de petróleo, dentro de um clima de estabilidade real, em que há realmente, restrições. De modo que eu acho que há muito o que dizer.

Pergunta – Então a promessa da campanha foi cumprida?

Fernando Henrique – Não foi o que eu disse. O que eu disse é que não foi possível cumprir tudo. Eu disse que nós avançamos bastante no rumo.

Pergunta – O candidato do PFL ao governo do Rio, o ex-prefeito César Maia, disse que o senhor está caindo nas pesquisas de intenção de voto por causa de erros. Ele citou como exemplo o pacote contra a crise asiática, que gerou mais desemprego, as críticas aos aposentados e também o fato de o senhor ter responsabilizado o PT pelos saques, o que colocou o partido na mídia. Como o senhor vê essas críticas feitas por um político aliado? Elas arranham a aliança com o PFL visando à reeleição?

Fernando Henrique – Em primeiro lugar, eu não li as críticas, alguns aqui me conhecem, eu prefiro certas coisas... não leio para não estar aí com disposição menos favorável. A minha disposição para com o César Maia é muito favorável e eu não li as críticas. É claro que, num país com o nosso, onde você tem liberdade plena e o gosto pela crítica eu também tenho, acho que é normal, as pessoas opinam. Mal apareceu uma oscilação e imediatamente extrapolam a oscilação. Eu não quero entrar no negócio de pesquisas. Há outras pesquisas que dizem outra coisa. Porque pegar uma que diz uma coisa e não contrabalançar. Eu não estou negando que possa ter tido uma queda aqui ou queda ali. Isso é um processo, e quantas vezes acontece isso? Como nós estamos próximos da eleição, é só dar uma oscilação e as pessoas já projetam que então vai cair e não fazem o contrário quando há uma subida. Eu acho que provavelmente o César Maia fez isso com o intuito de ajudar".

Pergunta – Um dos fatores mais graves da economia brasileira hoje é a questão dos déficits nas contas públicas. Há consenso de que as reformas que o governo procura implementar, apesar de necessárias, não são suficientes para conter esse problema. Diante disso, eu gostaria de saber que medidas o senhor pretende tomar agora para conter o déficit? Que medidas o senhor poderia tomar no ano que vem na hipótese de um segundo mandato? O senhor, pessoalmente, é mais favorável ao aumento de impostos ou ao corte de gastos públicos? O senhor concorda com o ministro Malan quando ele diz que, se não houver ajuste fiscal, a inflação pode voltar?"

Fernando Henrique – Não é uma pergunta, é uma sabatina, mas é boa a pergunta. Em primeiro lugar, você acabou de dizer que as reformas são necessárias e eu disse isso desde a campanha. As reformas que foram mandadas foram pregadas na campanha por mim. Depois, algoém se surpreendeu. Segundo, eu também me surpreendo nessas reformas a fundo. A leitura mais malévola é de que eu me empenhei pela reforma até receber. Se forem verificar os meus discursos, as minhas ações, as minhas conversas, há fundo por todas as reformas, com a ajuda evidentemente de líderes do Congresso, de ministros e até, de certo ponto, de setores de opinião pública. Tudo isso porque, para o Brasil dar o salto que nós queremos que ele dê, nós precisamos das reformas. O Brasil não vai se conformar em crescer 3% ao ano; só temos de crescer 6%, 7%. Agora, não nós conseguiremos crescer isso sem as reformas, porque, sem elas, nós temos dificuldades em baixar as taxas de juros, temos dificuldades de aumentar a produtividade por causa do sistema tributário. Eu digo isso desde sempre. Qualquer pessoa que tenha noção dos problemas do Brasil há de ser solidário com isso. No voto, não. Nó voto no Congresso, é uma dificuldade. Não posso me queixar porque a maioria tem votado. A da Previdência está lá há três anos. Nós temos, só no setor estatal da Previdência, nós estamos gastando quase R$ 19 bilhões este ano. Sabe o que é isso? É toda a verba do Ministério da Saúde. A contribuição do setor público para esses R$ 19 bilhões foi de apenas R$ 2 bilhões, ou seja, quase R$ 17 bilhões é o povo quem paga. Quase R$ 17 bilhões para garantir o esquema de reformas que existia no Brasil do funcionalismo são pagos pelo povo.

É justo isso? É justo que 100 milhões de pessoas paguem para que, entre ativos e inativos, um milhão e pouco do setor federal? Dos aposentados, são cerca de 600, 700 mil. É justo?

Então, o que o Brasil tem de responder é isso. Meus Deus, não pode, nós temos de ter uma idade mínima de aposentadoria, tem de discutir se é verdade ou não é verdade. No mundo todo tem, aqui não. Nós somos diferentes, aqui tem sol, é tropical, mas quem paga esse "sermos diferentes" para os privilegiados são os pobres. Indiretamente, é a CPMF, é o imposto de consumo em cascata, é o Cofins, essa é a questão e por ela eu tenho me batido quase que sozinho. Eu sei que não é popular, mas eu digo sempre que eu não estou aqui para ser popular, mas, sim, fazer o que o Brasil precisa. E faço isso, não vou perguntar a um marqueteiro se eu devo dizer isso ou aquilo, eu procuro dizer aquilo que sinto como verdade.

Posso até estar errado, mas a minha motivação é dizer que o País precisa avançar, o País tem tudo. Se você andar comigo no Exterior – e alguns aqui andam – vêem como mudou o Brasil, vêem o respeito que nós temos. Agora, para isso ser garantido, é preciso dar continuidade.

Não é uma coisa que seja sólida, é uma coisa que pode vir a ser mais sólido se nós seguirmos no rumo que nós traçamos. É preciso coragem também, com tranqüilidade de ir enfrentando os problemas: perde uma guerra, ganha outra, perde numa reforma, cede num ponto, avança no outro. Isso é democrático. Nós vamos continuar nesse rumo, nós vamos fazer mais reformas porque, senão, dá para trás, o que significa inflação, piora de distribuição de renda, descrédito no Exterior, diminuição de investimento e queda de emprego. Não tivesse tomado as medidas que tomei em outubro, olhem a Indonésia como está hoje. Eu sei que nós temos dificuldades e que nós pagamos. Eu pago um preço por essa dificuldade pessoalmente também, eu sei, mas pago com a consciência tranqüila, porque o Brasil não perdeu o rumo. Nós temos US$ 70 bilhões de reserva hoje; tínhamos US$ 60 bilhões em outubro. A taxa de juros voltou a patamares de antes e tem de continuar caindo. Os investimentos diretos não pararam por quê? Porque houve milagre ou porque tem um governo que governa? Ou porque tem um presidente que não tem dívidas em arrecar seu presidente que não tem dívidas em arrecar seu presidente que é necessário? É essa atitude que tem de ser tomada. Vamos continuar com as reformas, pois elas são essenciais. Haverá avanços. Talvez não sejam necessárias reformas constituc